

Desafios à permanência do jovem no meio rural: um estudo de casos em Piracicaba-SP e Uberlândia-MG

Challenges to the permanence of young people in rural environment: a case study in Piracicaba-SP and Uberlândia-MG

Márcia Freire Oliveira¹ , Luciano Mendes² , Andrea Costa van Herk Vasconcelos¹ 

¹Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia (MG), Brasil. E-mails: marciafreire@ufu.br; andreaaherk@ufu.br

²Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo (USP), Piracicaba (SP), Brasil. E-mail: mendes@usp.br

Como citar: Oliveira, M. F., Mendes, L., & van Herk Vasconcelos, A. C. (2021). Desafios à permanência do jovem no meio rural: um estudo de casos em Piracicaba-SP e Uberlândia-MG. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 59(2), e222727. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.222727>

Resumo: Este trabalho tem como objetivo compreender os fatores que levam os jovens a optar por permanecer ou não nos empreendimentos de agricultura familiar localizados em Uberlândia-MG e Piracicaba-SP. A não permanência dos jovens no campo leva à ausência de sucessores, impactando na continuidade desses empreendimentos de agricultura familiar. Foi realizado um estudo de casos qualitativo e descritivo nos dois municípios. Os dados foram coletados por meio de entrevistas em profundidade, semiestruturadas, com proprietários e potenciais sucessores de estabelecimentos de agricultura familiar de Uberlândia e Piracicaba. A análise dos dados foi feita por meio da técnica de análise de conteúdo. As categorias utilizadas para a realização da análise foram: (1) história familiar; (2) estímulos/obstáculos à permanência no campo; e (3) perspectivas/alternativas/possibilidades. Os resultados apontam que existem fatores que tanto fortalecem quanto prejudicam a permanência dos jovens no meio rural. O vínculo familiar, as melhorias de condições de trabalho e de renda e a realização de uma gestão compartilhada entre pais e filhos servem de estímulo ao trabalho do jovem no campo. No entanto, a existência de conflitos, o processo sucessório tardio e sem planejamento e a falta de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar podem desestimular a permanência do jovem no meio rural.

Palavras-chave: juventude rural, desafios à permanência no campo, agricultura familiar.

Abstract: This study aims to understand the factors that lead young people to stay or not in their family farms located in Uberlândia-MG and Piracicaba-SP. The low permanence of young people in rural properties leads to the lack of successors, impacting the continuity of the family agriculture enterprises. We performed a qualitative and descriptive case study in both cities. Data were collected through semi-structured interviews with farm owners and potential family successors in Uberlândia-MG and Piracicaba-SP. Data analysis was performed using the content analysis technique, with the following categories: (1) Family History; (2) Incentives/obstacles to remain in the field and; (3) Perspectives/alternatives/possibilities. The results show the factors that strengthen and impair the permanence of young people in rural areas. Family bond, improvements in working conditions and the realization of a shared management between parents and sons serve as a stimulus to the work of young people in the countryside. Nevertheless, conflicts, late or unplanned succession process, lack of public policies for the family agriculture strengthening, are factors that discourage the permanence of the young in the rural environment.

Keywords: rural youth, challenges to staying in the field, family farming.

1. Introdução

O campesinato no Brasil no final da década de 1970 e durante a de 1980 era considerado pela academia e pelo Estado como um setor social em vias de desaparecimento, sobretudo por causa do avanço das relações capitalistas no campo, que vinha sendo ocupado pela agricultura familiar, mais integrada ao mercado e às relações econômicas (Wanderley, 2003).



A partir de meados da década de 1990, a agricultura familiar tornou-se alvo de políticas e órgãos específicos do Estado e de trabalhos acadêmicos que passaram a valorizar esse modelo de agricultura. Somado a isso, as organizações sindicais no campo assumiram como identidade política e projeto de agricultura para o país (Picolotto, 2014).

Na década de 1980, normalmente a família era “expulsa” do campo pela modernização da agricultura e pela aceleração da industrialização no país (Wanderley, 2000). Com isso, muitos jovens que cresceram em meio às dificuldades encontradas para a reprodução socioeconômica das unidades produtivas e com maior acesso à escolaridade com viés urbano deixaram o campo por visualizarem a cidade como uma possibilidade de futuro promissor (Castro, 2007), sobretudo as mulheres, por serem excluídas, muitas vezes, da condição de herdeira potencial e possuírem maior escolaridade (Anjos & Caldas, 2005; Froehlich et al., 2011).

Portanto, se, por um lado, os avanços que o meio rural alcançou em razão do reconhecimento da agricultura familiar e do desenvolvimento de políticas públicas específicas permitiram amenizar o processo de expulsão acelerada das famílias do campo, por outro lado não se deu conta de outras transformações em curso, tais como as questões demográficas que envolvem a redução das taxas de fecundidade e a sucessão no meio rural, impactadas pela falta de interesse do jovem em não continuar no campo. Nesse cenário, Castro (2007) ratifica algumas características latentes ao meio rural, como políticas públicas carentes à “juventude rural”, apesar de se constatar que há uma articulação de jovens em regiões específicas (Castro, 2009). Dessa forma, na academia, este momento tem se mostrado propício a novas reflexões teóricas a respeito da agricultura familiar (Niederle et al., 2014).

Neste contexto, a presente pesquisa procura responder à seguinte questão: por que os jovens decidem permanecer ou não na propriedade rural de sua família? Buscando responder a essa questão, o objetivo da pesquisa é compreender os fatores que levam os jovens a optar por permanecer ou não nos empreendimentos de agricultura familiar localizados em Uberlândia-MG e Piracicaba-SP.

As justificativas para o desenvolvimento deste estudo se caracterizam por duas contribuições. A primeira está relacionada à diversidade das unidades de propriedade familiar rural brasileiras, em termos de: tamanho, renda obtida, composição familiar, tipos de alimentos produzidos, proximidade com os centros urbanos etc. Esses fatores influenciam diretamente a decisão dos jovens em permanecer ou não nas propriedades familiares. Por esse motivo, uma pesquisa sobre sucessão familiar nas pequenas unidades rurais evidenciaria os problemas enfrentados por esses produtores rurais na continuidade do trabalho e sustento da família. A segunda consiste em estabelecer uma pesquisa em dois municípios onde foram desenvolvidos poucos estudos sobre os desafios dos jovens em permanecer ou não na propriedade rural familiar. Vale considerar que a agricultura familiar representa um elemento fundamental para a economia brasileira, com faturamento anual de US\$ 55,2 bilhões, ocupando a oitava posição no ranking dos maiores produtores de alimento do mundo, e é base da economia de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes (Brasil, 2018).

Em relação aos dois municípios pesquisados, eles são importantes centros da agricultura familiar brasileira. Nos resultados do Censo Agropecuário do ano de 2017, Minas Gerais e São Paulo, juntos, possuíam 2.661 empreendimentos de agricultura familiar, levando-se em conta que representam quase 1% do total de unidades de produção da agricultura familiar desses dois estados¹. Tanto Uberlândia quanto Piracicaba possuem cerca de 50% do total de estabelecimentos classificados como de agricultura familiar em relação ao total de estabelecimentos existentes nos municípios, mas ambas as regiões tiveram redução no número de estabelecimentos de agricultura familiar nos últimos anos. Apesar dessas características, esses municípios possuem diferenças importantes e que contribuem para o

¹O Censo Agropecuário levou em consideração a Lei nº 11.326/2006 como forma de conceituar “agricultura familiar”, ao preceituar agricultores familiares como aqueles que praticam atividades no meio rural, possuem área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família e renda vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento por parentes (Brasil, 2018). Além disso, é importante mencionar que o Censo avaliou apenas os estabelecimentos que correspondem às unidades produtivas, e não às unidades familiares. Com isso, pode existir uma superestimação dos estabelecimentos, pois, em alguns casos, uma única família possui dois ou mais estabelecimentos, mas no Censo foram considerados separados.

estudo. Piracicaba possui 691 estabelecimentos rurais, sendo mais de 300 de agricultura familiar. Já Uberlândia possui 2.706 estabelecimentos rurais, sendo cerca de 1.300 de agricultura familiar. Em Piracicaba, são 691 produtores rurais, 676 pessoas ocupadas com laços de parentesco com o produtor e 275 pessoas ocupadas sem laços de parentesco, totalizando 1.635 pessoas ocupadas nos estabelecimentos rurais, enquanto, em Uberlândia, são 2.706 produtores rurais, 2.665 pessoas ocupadas com laços de parentesco com o produtor rural e 1.151 pessoas ocupadas sem laço de parentesco com o produtor, totalizando 6.522 pessoas ocupadas nos estabelecimentos rurais. São regiões que possuem o cultivo de culturas agrícolas um tanto quanto semelhantes, a única diferença é que Uberlândia possui o cultivo do café, e, em Piracicaba, não há essa produção (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019a). Essas semelhanças quantitativas é que permitiram a realização dos estudos de casos.

Para aprofundamento das discussões desenvolvidas até agora, vale apresentar as partes que compõem este artigo. Além desta introdução, o presente texto trata da agricultura familiar no Brasil e dos fatores que levam os jovens a permanecer ou não no campo, apresenta a metodologia, os resultados e a discussão e, por fim, tece as considerações finais.

2. Revisão bibliográfica

Esta parte teórica está dividida em duas subseções: a primeira trata da agricultura familiar no Brasil, e a segunda, das dificuldades e estímulos à permanência dos jovens no meio rural.

2.1. Agricultura Familiar no Brasil

A agricultura familiar é caracterizada por estabelecimentos em que a gestão e o trabalho estão intimamente ligados, ou seja, os meios de produção pertencem à família, e o trabalho é realizado por esses mesmos proprietários em uma área relativamente pequena (Marafon, 2006), sem o uso de mão de obra assalariada, ou, quando esta é utilizada, não ultrapassa em quantidade a mão de obra familiar (Guanziroli, 2001). De acordo com o Censo Agropecuário, no ano de 2017, 70% dos estabelecimentos agropecuários possuíam área entre 1 e 50 hectares (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018). Isso mostra uma estrutura agrária concentrada no país em que a produção está nas mãos de produtores individuais. Além disso, 73% das pessoas ocupadas possuíam laços de parentesco com o produtor (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018).

O modo de vida mais urbano que rural, em especial a partir dos processos de urbanização das cidades, tem levado as áreas rurais a configurações híbridas (Sposito, 2006) e relações de assalariamento e consumo geradas pelas condições de sobrevivência de trabalho e renda. A reprodução social e econômica dos agricultores familiares, de maneira geral, é uma condição camponesa², e essa representatividade perpassa a fronteira rural-urbana, agregando outras dimensões para além da econômica (Sauer, 2008), ou seja, os camponeses não atuam somente no campo, nem somente na cidade, e são influenciados pela densidade tecnológica e pela busca por emancipação em contextos adversos.

No Brasil, com aumento da mercantilização ao longo dos anos e a consequente marginalização da propriedade e dos meios de produção do pequeno produtor, este se viu forçado a uma maior necessidade de renda, a qual, muitas vezes, precisava ser obtida por meio do assalariamento fora da propriedade (Wilkinson, 2008) – fato esse corroborado por dificuldades de obtenção de financiamentos públicos para investimentos e custeio da produção, tais como compra de insumos, entre outros. No país, no ano de 2017, somente 52% dos estabelecimentos da agricultura familiar obtiveram financiamentos do governo para

²Abramovay (1992) faz referência ao campesinato comparando duas perspectivas analítico-teóricas em Lênin e Kautsky. Em Lênin, a ênfase na diferenciação social do campesinato (desde 1893) decorre da relação entre a aceleração da pobreza, originária da separação dos produtores e suas condições de trabalho, e o crescimento do mercado. Essa era a condição para que a massa de indivíduos paupérrimos se assalariasse para viver. Em Kautsky, aparece a questão agrária como quadro político e paradigma da industrialização da agricultura. Contudo, para Kautsky, o campesinato não está fadado ao desaparecimento, e sim à transformação.

a produção (784.228 estabelecimentos), especialmente mediante o programa Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018).

Nesse contexto, cabe esclarecer dificuldades também em estabelecer uma sucessão paterna na propriedade rural, o que varia conforme o gênero, o nível educacional, a necessidade e a renda das famílias. Ademais, já se tornou ultrapassado o caráter sucessório quase que natural, em que o patriarca condicionava os filhos a permanecer na propriedade, repartindo ou comprando terras agregadas no intuito de instalar os filhos próximos, mas de forma independente; por sua vez, estes cuidariam dos pais com a promessa de herança (Abramovay et al., 1998).

Com essa perspectiva, apesar da grande quantidade de pessoas vinculadas à agricultura familiar³, percebe-se uma diminuição no número de jovens nessa atividade ao longo dos anos. Barcellos (2015) retrata essa tendência, ilustrando uma redução de cerca de 1 milhão de jovens entre 15 e 29 anos que deixaram de pertencer à população rural em uma década. A população rural em 2000 era de 31.835.143, dos quais cerca de 9 milhões eram de faixa etária jovem (15 a 29 anos); já, em 2010, havia 29.830.007 habitantes, com 8 milhões de jovens (Barcellos, 2015).

A diminuição do tamanho das famílias rurais e, muitas vezes, a falta de interesse do jovem em continuar na atividade agrícola ou a necessidade em deixar tal atividade causam o aparecimento de um problema: o aumento das unidades produtivas comprometidas pela ausência de sucessores (Abramovay et al., 2001; Matte et al., 2019; Spanevello et al., 2011). Comparando-se, por exemplo, contextos sucessórios entre filhos de agricultores e pecuaristas familiares, Matte et al. (2019) reforça a não intenção de filhos de agricultores familiares em retornar à propriedade rural por não necessitar sobreviver dela, apesar da perspectiva de herança após a ausência dos pais.

2.2. A permanência do jovem no campo: dificuldades e estímulos

A decisão dos jovens em continuar ou não na propriedade rural, geralmente, está ligada a fatores como políticas públicas atraentes, direcionamento acadêmico estudantil no desenvolvimento das pequenas propriedades rurais, proximidade e atratividade dos centros urbanos, influências internas relacionadas à composição da família, tais como nível de riqueza, escolaridade, faixa etária e gênero (Abramovay et al., 1998; Jurado & Tobasura, 2012; Panno & Machado, 2014; Simioni, 2013; Savian, 2014; Castro, 2017).

Savian (2014) coloca que a decisão de ficar no campo ou deixá-lo ocorre conforme os propósitos do indivíduo, mas é influenciada pelo contexto social em que ele se insere. Castro (2017) confirma que a nomenclatura “jovem rural” deve ser analisada como categoria, em que reflexões sobre, por exemplo, hierarquia paterna, crises e mudanças da realidade rural, entre outros, devem compor o *constructo* das relações sociais e das decisões entre ficar no campo e sair dele. A autora ilustra que esse jovem, como ator social, ocupa posição de destaque nos discursos, porém não na prática, pois as mudanças na relação rural-urbano, o maior acesso à informação e a educação mais comumente urbana, por exemplo, têm deixado o trabalho no campo como uma opção, e não mais como necessidade.

Portanto, é possível observar que o êxodo dos jovens rurais, muitas vezes, é estimulado pelos pais, ao proporcionar uma condição melhor de estudo aos filhos na cidade. Isso permite a esses jovens o acesso ao mercado de trabalho urbano, tornando a propriedade rural uma opção, entre outras, para sustento e sobrevivência. Na tentativa de contornar essa situação, Panno & Machado (2014) destacam a importância do desejo da família em querer que o jovem permaneça no estabelecimento rural ou retorne a ele. Para tanto, os autores salientam que é necessário que os pais ofereçam condições para isso, sendo fundamental a divisão de tarefas com autonomia e responsabilidades, além da participação no processo decisório.

³De acordo com o Censo Agropecuário, no ano de 2017, foram identificados 5.072.152 estabelecimentos agropecuários no Brasil, dos quais 86% correspondiam aos estabelecimentos rurais de terras próprias e possuíam 15 milhões de pessoas ocupadas nesses estabelecimentos (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018).

Esta condição, opção pelo campo, fica evidente no estudo em que os autores buscaram compreender os fatores que influenciavam os jovens, filhos de agricultores familiares da região de Frederico Westphalen-RS, a tomar decisões que afetassem, positiva e negativamente, a comunidade onde viviam e, conseqüentemente, os rumos do desenvolvimento rural da região. A pesquisa foi feita com três jovens que possuíam curso superior, filhos de agricultores, e os resultados mostraram que cada jovem tomou uma decisão diferente, conforme o Quadro 1:

Quadro 1 – Decisões e fatores que influenciaram a permanência ou não dos jovens na propriedade rural.

Jovem	Decisão	Fatores que influenciaram
01	Permanecer na propriedade rural, associando a atividade rural com outra urbana.	1) O sentimento de pertencimento. 2) Autonomia para realizar melhorias na propriedade. 3) Tornar-se sócio do pai, pois o relacionamento é positivo.
02	Sair da propriedade rural por causa da atração pelo meio urbano.	1) Melhoria da autoestima. 2) Independência financeira. 3) Falta de diálogo com o pai em relação às decisões das atividades na propriedade.
03	Foi à cidade e voltou à propriedade rural, deixando carreira promissora para tornar-se empreendedor rural	1) Visão empreendedora com vistas às melhorias na gestão da propriedade (tecnologia e inovação). 2) Melhor qualidade de vida no campo (menos pressão no meio rural que no urbano). 3) Apoio da família para gerenciar a propriedade.

Fonte: adaptado de Panno & Machado (2014).

O Quadro 1 evidencia que a condição de permanecer na propriedade rural, retornar a ela ou sair dela levou em conta alguns fatores, como sentimento, independência financeira, melhor qualidade de vida no campo, entre outros, que fizeram com que cada jovem entrevistado tomasse uma decisão diferente. A propriedade rural dos pais já não era vista como necessidade, mas como uma opção de sobrevivência.

Contudo, essa situação ideal não é regra no mundo rural brasileiro, pela diversidade de condições (econômicas, sociais, estruturais, ambientais etc.) em que se encontram os sujeitos no campo. Em muitos casos, o nível educacional dos entes da família é tão baixo que não permite acesso ao mercado de trabalho na cidade. Nessa condição, o estabelecimento rural continua sendo uma necessidade de sobrevivência, limitando o êxodo dos jovens. Ainda, o nível baixo dos rendimentos gerados nos estabelecimentos rurais, quando impacta no sustento da família, força alguns dos entes familiares, principalmente os filhos, a recorrer ao trabalho na cidade, mesmo que em situações precárias (Abramovay, 1992; Abramovay et al., 2001; Wilkinson, 2008). Assim, o êxodo não é uma opção, mas uma necessidade de sustento da família. Por esse motivo, a opção de os jovens ficarem na propriedade rural ou saírem dela não é algo simples, pois o contexto social interfere nesse processo de tomada de decisão (Savian, 2014).

No estudo realizado por Costa & Ralisch (2013), essa condição da renda limitada fica compreensível. Os autores buscaram, por meio de um estudo de caso, conhecer os anseios, as perspectivas de futuro e a realidade em que vivem os jovens rurais, moradores do assentamento Florestan Fernandes, localizado em Florestópolis-PR. A pesquisa foi realizada com 27 jovens (18 homens e 9 mulheres), e os resultados mostraram que a maioria deles manifestou a vontade de continuar vivendo no assentamento, mas, por causa da limitação da renda obtida na propriedade, muitos deles sentiam a necessidade de buscar independência financeira. Isso se deveu, em parte, por falta de estímulo da própria família para que os jovens permanecessem na propriedade rural e pela maioria das entidades governamentais e não governamentais que não incentivavam a permanência da juventude no campo (Costa & Ralisch, 2013).

No sentido de ampliar essa complexidade, quando se avalia o contexto da agricultura familiar no Brasil, as condições sentimentais e de pertencimento geram identificações fortes com o lugar e a terra. O lugar de nascimento e de crescimento, assim como o cotidiano de vida na propriedade rural, gera sentimentos nostálgicos que estimulam a permanência ou retorno dos jovens (Panno & Machado, 2014; Savian, 2014). Para aqueles que saíram ou que vivem uma relação que aproxima o rural do urbano, esse sentimento de pertencimento e familiaridade com o campo faz com que os jovens enxerguem na vida rural um espaço mais tranquilo para se viver, em oposição à vida “mais difícil” da cidade (Jurado & Tobasura, 2012; Sauer, 2008). Esta condição sentimental, de pertencimento ao campo e de nostalgia dele, é estímulo para manutenção ou retorno do jovem rural, apesar de não ser decisiva.

O estudo de Boessio & Doula (2016) investigou a percepção dos jovens (faixa etária entre 18 e 29 anos), filhos de famílias associadas à Cooperativa Agropecuária de Patrocínio (Coopa-MG), sobre o incentivo das instituições (cooperativa e família) para permanência deles no meio rural e na atividade agropecuária. Os resultados mostraram que, embora houvesse apoio familiar (90,9%), na percepção dos jovens a cooperativa também era vista como instituição incentivadora (68,18%), demonstrando que a importância em sua escolha de permanência no meio rural foi estimulada tanto pelo incentivo familiar – vinculado à tradição, sentimento de pertencimento e consideração do campo como um lugar tranquilo para morar – como pelo fato de a cooperativa oferecer condições para melhorias na produção agropecuária. Destaca-se que a maioria (86,36%) dos entrevistados pretendia continuar nas propriedades familiares, mantendo a atividade já desempenhada pela família (Boessio & Doula, 2016).

Em razão dessa complexidade, um fator importante capaz de estimular a permanência (ou não) do jovem no campo é o processo de sucessão rural. Grubbström & Sooväli-Sepping (2012) colocam que as decisões relativas à sucessão são cruciais para a sobrevivência da propriedade e para a manutenção da posse da terra dentro da família. Um dos pontos-chaves é a escolha do sucessor, que é impactada por fatores como: a vontade do filho em ficar e assumir a propriedade (Matte et al., 2015); a dificuldade em decidir entre os filhos quem será o sucessor (Mello et al., 2003); a resistência do pai em transferir a gestão e o controle da propriedade (Hicks et al., 2012); e a falta de planejamento no processo sucessório (Matte & Machado, 2017).

Abramovay et al. (2001) e Ahlert (2009) reforçam que o planejamento e a discussão da sucessão não acontecem na maioria dos estabelecimentos familiares rurais brasileiros. É importante que o pai proporcione formação adequada aos filhos, discuta, de forma organizada, sobre o processo sucessório o mais cedo possível e planeje gradualmente essa sucessão (Ahlert & Chemin, 2010). Isso, conforme os autores, facilita inclusive que o produtor rural propicie a resolução de problemas e situações conflitantes enquanto ainda estiver no comando da propriedade. O planejamento no processo sucessório minimiza os conflitos que possam existir entre os herdeiros, assim como permite à família pensar na distribuição dos bens ou divisão/manutenção das terras após a morte dos pais. Mas essa é uma condição ideal que não se efetiva, conforme salienta Ahlert (2009), no mundo rural brasileiro.

Moreira & Spanevello (2019) demonstraram que existem vários arranjos referentes ao processo de sucessão geracional na agricultura familiar. O estudo apresenta seis modelos que retratam a presença de incentivo familiar na sucessão da gestão das propriedades rurais, sem, contudo, os pais se ausentarem totalmente dos negócios, em especial quando a propriedade é maior. Nesses casos, os sucessores aparecem mais como gestores do que como mão de obra e são estimulados por fatores como autonomia na gestão da propriedade, renda e opção de moradia (se no campo ou na cidade).

O processo de sucessão na agricultura familiar é algo complexo, capaz de gerar várias interpretações e conflitos, como em relação a quem assumirá as responsabilidades na propriedade (Carneiro, 2001); aos modos de gestão e diferenças entre pais e filhos (Brumer & Anjos, 2012); à divisão dos rendimentos entre filhos sucessores e não sucessores (Ferrari et al., 2004); ao tempo para sucessão (Spanevello, 2014) etc. Assim, a atual pesquisa procura contribuir ao abrir caminho a mais reflexões sobre a pluralidade de problemas e conflitos familiares (internos), bem como problemas sociais, econômicos e políticos (externos), que interferem na dinâmica da sucessão na agricultura familiar.

Diante dessas discussões teóricas, é possível identificar três grandes categorias que influenciam a permanência do jovem no meio rural: (1) história familiar e com o campo, que evidencia os conflitos, sentimentos e relações entre pais e filhos durante os anos de vida na propriedade rural; (2) estímulos/obstáculos à permanência no campo, como a condição econômica e social da família e a atratividade do meio urbano; e (3) perspectivas/alternativas/possibilidades, em que a decisão de permanecer na propriedade rural, ou não, é afetada diretamente pelo processo sucessório e as diversas relações que são estabelecidas entre o meio rural e o urbano.

3. Metodologia

A pesquisa é um estudo de casos, de caráter descritivo e abordagem qualitativa. Foi feita a opção por esse tipo de estudo pelo fato de a pesquisa se aportar em propriedades rurais localizadas em municípios diferentes, podendo impactar nos resultados encontrados.

Todas as propriedades pesquisadas estão no entorno das cidades de Uberlândia-MG e Piracicaba-SP. No ano de 2018, Uberlândia possuía uma população estimada em 683.247 mil habitantes, e Piracicaba, 400.949 mil habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018). As terras para estabelecimentos agropecuários, em Uberlândia, somavam 2.168 propriedades particulares até 100 hectares, e, em Piracicaba, existiam 493 estabelecimentos agropecuários de até 50 hectares⁴ (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019b). Os dois municípios estão em regiões que possuem alto potencial agrícola, e a escolha deles levou em consideração as características quantitativas semelhantes da área rural e os tipos de culturas cultivadas. Isso permitiu a comparação dos processos de sucessão, já que as influências políticas, econômicas e sociais, em grande parte, são semelhantes, e as influências regionais permitem peculiaridades estabelecidas em cada município.

Os dados foram coletados por meio de entrevistas em profundidade, semiestruturadas, com proprietários e potenciais sucessores de estabelecimentos de agricultura familiar de Uberlândia e Piracicaba, realizadas no período de 11 de dezembro de 2016 a 3 de fevereiro de 2017. Em Uberlândia, foram entrevistados 10 proprietários e 12 potenciais sucessores; em Piracicaba, 10 proprietários e 13 potenciais sucessores. O número de entrevistas realizadas se deu pela saturação nas informações em cada um dos municípios, uma vez que os relatos passaram a ser repetidos, indicando a necessidade de concluir a coleta de dados.

Compuseram o *corpus* de pesquisa os produtores rurais de Uberlândia e Piracicaba, bem como seus filhos(as). Todos os negócios foram caracterizados como familiares, com os estabelecimentos rurais variando de acordo com os módulos fiscais de cadastro rural de cada município, sendo que, em Uberlândia, as propriedades rurais têm menos de 100 hectares, e em Piracicaba, menos de 50 hectares (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2018). A escolha pelos produtores rurais foi realizada de maneira não probabilística. A seleção dos entrevistados ocorreu por meio da técnica "bola de neve" (*snowball sampling*), em que é solicitado ao entrevistado que indique outros possíveis entrevistados (Handcock e Gile, 2011). Isso foi feito levando em consideração as características da agricultura familiar, expressas na Lei da Agricultura Familiar, e também as peculiaridades de cada região.

Em Uberlândia, todos os entrevistados faziam parte da Cooperativa dos Agricultores Familiares de Uberlândia e Região (Cooperaf). Após a primeira entrevista, com a ajuda da diretoria da Cooperativa, todos os outros entrevistados indicados também pertenciam à Cooperativa. Em Piracicaba, a ajuda para as primeiras entrevistas foi da Secretaria de Agricultura do município, por meio de um de seus técnicos, que, além de permitir acesso à lista de produtores de agricultura familiar, ainda indicou alguns possíveis entrevistados.

Os produtores rurais, em sua maioria, eram do gênero masculino, cuja faixa etária se encontrava entre 42 e 68 anos, casados, com nível de escolaridade baixo (nível fundamental, somente um produtor rural de Uberlândia destacou que possuía curso técnico em contabilidade), se comparado ao nível de escolaridade de seus filhos (curso superior completo

⁴Para fins de pesquisa, foi utilizada a demarcação da Lei nº 11.326/2006, que considera agricultura familiar aquelas terras que possuem até quatro módulos fiscais. Para Uberlândia, o Sistema Nacional de Cadastro Rural estabelece 20 hectares como módulo fiscal. Para Piracicaba, o módulo fiscal é composto de 10 hectares (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2018).

ou cursando), com faixa etária entre 17 e 40 anos. Para a pesquisa, foram considerados apenas os(as) filhos(as) com até 29 anos. As famílias não possuíam outras rendas fora das propriedades rurais. As atividades agrícolas, em sua maioria, eram voltadas para o cultivo de hortifrutigranjeiros, que geram uma renda média mensal total entre 2 e 30 salários mínimos (moeda Real).

Para efeito deste estudo, os sujeitos (produtores rurais) foram identificados como P/M 1 U ou P (pai/mãe produtor rural 1 localizado em Uberlândia ou Piracicaba); Filho/Filha 1 U ou P (filho/filha 1 localizado em Uberlândia ou Piracicaba); e assim, sucessivamente, para a identificação dos demais sujeitos. Quando o produtor tinha mais de um filho que participou da pesquisa, este foi identificado como Filho/Filha 1.1 U ou P (segundo filho/filha localizado em Uberlândia ou Piracicaba). Essa caracterização familiar se deu após a conclusão da pesquisa. Pedia-se ao produtor ou produtora rural para convidar os entes familiares que podiam participar da pesquisa. Em todos os casos, os convites foram feitos à esposa ou ao esposo e aos filhos ou às filhas que estavam próximos no momento da entrevista. Essa composição familiar feita pelos entrevistados foi padrão em todas as entrevistas e, por esse motivo, foi utilizada na criação do codinome de identificação dos entrevistados.

A análise dos dados foi feita por meio da técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2011), que busca reduzir a complexidade dos textos e falas, pois trabalha no sentido de filtrar a classificação sistemática e a contagem de extensos volumes de texto, em uma descrição curta de características representativas do que se pretende descobrir (Bauer, 2002).

A técnica de interpretação dos dados da pesquisa partiu dos três polos de análise, conforme sugerido por Bardin (2011): (i) a pré-análise, em que foram identificados os indicadores/categorias de análise para a interpretação final – esse ponto foi realizado a partir da identificação de categorias emergidas do referencial teórico e serviu como roteiro adaptado para a realização das entrevistas; (ii) a exploração do material, em que foi interpretada a transcrição das entrevistas; e (iii), por fim, o tratamento dos resultados, em que foram propostas inferências e interpretações dos dados coletados.

Após a análise dos resultados da pesquisa, seis subcategorias foram encontradas, levando-se em consideração as três categorias sintetizadas nas discussões teóricas. Essas subcategorias (letras de a até f) são as seguintes: (1) história familiar – (a) início dos trabalhos na propriedade rural e atividades desenvolvidas; (b) força de trabalho e remuneração; (2) estímulos/obstáculos à permanência no campo – (c) familiares; (d) externos; (3) perspectivas/alternativas/possibilidades – (e) processo sucessório; (f) relações do rural com o urbano.

4. Resultados e discussão

Esta seção está dividida em três subseções relacionadas aos principais temas identificados pelas categorias de análise, que são: 1) história familiar; 2) estímulo/obstáculo à permanência no meio rural; e 3) perspectivas/alternativas/possibilidades atuais e futuras no meio rural. Essas três subseções identificam as possibilidades, problemas e desafios para o processo de sucessão familiar nos estabelecimentos rurais nas duas cidades brasileiras analisadas.

4.1. História familiar

4.1.1. Início dos trabalhos na propriedade rural e atividades desenvolvidas

Tanto em Uberlândia quanto em Piracicaba, as propriedades rurais já faziam parte da história das famílias. Os produtores já acompanhavam seus pais desde crianças, e foi percebido que esse hábito continua fazendo parte das famílias.

[...] trabalhou a vida inteira aqui, quando ele faleceu, eu e a minha irmã herdamos a propriedade. Alugo a parte dela. Eu e meus filhos plantamos banana e criamos gado (Pai 2 U).

Quase todos aqui são meus parentes. Eu nasci aqui. Na frente é do meu tio. Aqui do lado mora um primo, que o sitio era do pai dele. Mais ali na frente mora um irmão meu e mais um tio (Pai 6 P).

No quesito trabalho na propriedade, os produtores e seus filhos (os que permaneceram na propriedade rural) eram os responsáveis por todas as atividades de trabalho. Tanto em Uberlândia quanto em Piracicaba, não havia nenhum funcionário, ocorrendo uma nucleação do trabalho familiar.

Somente eu e minha família, com dedicação, luta e esforço, produzimos várias atividades: hortaliças, criação de gado para derivados do leite (Pai 3 U).

Eu trabalho com meus dois filhos. Eles moram comigo. Somente a gente, eu, minha esposa e meus filhos. Eu não tenho empregados (Pai 5 P).

Apesar de nascerem e se criarem no meio rural, ajudando os pais com o trabalho na terra, alguns filhos optaram por não continuar trabalhando na propriedade, buscando emprego na cidade.

Minha filha mora e trabalha na cidade, meu filho mora na cidade e trabalha na propriedade. Acho que ela optou pelo trabalho e residência na cidade devido à falta de oportunidade no campo para o trabalho feminino (Pai 5 U).

Eu me formei em engenharia mecânica e hoje trabalho na Dedini (fábrica de equipamentos em aço inox). Eu não quis ficar aqui com meus pais. Eu não gosto muito desse trabalho (Filho 6 P).

Eu ajudo meus pais nos finais de semana, mas eu não trabalho mais no sítio. Eu sou advogado e trabalho num escritório aqui em Piracicaba (Filho 2 P).

Em Uberlândia, a maioria dos filhos que estavam fora da propriedade rural trabalhava na cidade, enquanto os demais trabalhavam com seus pais na propriedade rural. Em Piracicaba, as famílias trabalhavam e moravam na propriedade rural, a qual, em sua maioria, localizava-se em um raio de até 20 km do centro da cidade; a exceção eram os filhos que saíram do campo e trabalhavam na cidade, local onde moravam. Além disso, alguns filhos que trabalhavam na cidade ajudavam na propriedade rural aos finais de semana.

4.1.2. Força de trabalho e remuneração

Nos últimos anos, houve uma melhoria na condição de vida e na renda familiar, tanto em Uberlândia quanto em Piracicaba, o que possibilitou aos pais oferecer remuneração mensal aos filhos que optaram por trabalhar na propriedade rural. Além disso, esses filhos que permaneceram no estabelecimento rural ou retornaram a ele também participavam ativamente das decisões cotidianas.

Trabalhamos sempre juntos, onde a opinião de cada um é sempre discutida para ver o que é melhor para nós e para a fazenda (Filho 3 U).

Eu tenho esposa e dois filhos. Eu, meu pai e meu irmão dividimos tudo que a gente ganha (Filho 5 P).

A gente investe no sítio, mas é sempre uma decisão conjunta. Minha e do meu pai. Já compramos algumas terras aqui. A gente aumentou a propriedade e a plantação (Filho 3 P).

Os relatos anteriores mostram a complexidade da situação e do contexto social, ilustrando que o meio rural, tanto em Uberlândia quanto em Piracicaba, é uma opção, e não uma necessidade de permanecer na propriedade rural. Isso porque a maioria teve a oportunidade de continuar sua formação acadêmica na cidade, possibilitando a conclusão do ensino superior. Além disso, a curta distância da propriedade rural no acesso à cidade permitia algumas configurações de moradia e trabalho: (1) morar na cidade e trabalhar na propriedade rural; (2) morar na propriedade rural e trabalhar na cidade; (3) morar e trabalhar na cidade, mas ajudando na propriedade rural; (4) morar e trabalhar na propriedade rural.

O Quadro 2 apresenta os principais achados da pesquisa para a categoria de análise história familiar.

Quadro 2 – História familiar como categoria de análise.

História familiar		
Subcategorias de análise	Achados da pesquisa	Autores que reforçam os achados da pesquisa
Início dos trabalhos na propriedade rural e atividades desenvolvidas	Sentimento de pertencimento e relações de proximidade e parentescos estimulam a permanência no campo e intensificam o fator pertencimento.	Panno & Machado (2014); Savian (2014); Jurado & Tobasura (2012).
	A nucleação intensifica os laços familiares, ilustrando que a gestão e o trabalho no estabelecimento rural, no contexto da agricultura familiar, estão intimamente ligados.	Marafon, 2006.
	O trabalho é redistribuído entre os entes familiares que permanecem no campo, geralmente não havendo uso de mão de obra assalariada ou, quando ocorre, não ultrapassa o número de membros da família.	Guanziroli (2001).
	Configuração de moradia e trabalho dos filhos de produtores rurais: (1) morar na cidade e trabalhar na propriedade rural; (2) morar na propriedade rural e trabalhar na cidade; (3) morar e trabalhar na cidade, mas ajudar na propriedade rural; (4) morar e trabalhar na propriedade rural.	Panno & Machado (2014); Savian (2014); Sposito (2006).
Força de trabalho e remuneração	Quando o trabalho no campo é uma opção, fatores como remuneração ou divisão dos ganhos financeiros, autonomia e participação nos processos decisórios são estímulos à permanência dos jovens no meio rural.	Panno & Machado (2014).
	Gestão compartilhada e investimentos em compra de terras próximas para os filhos são estratégias que facilitam a permanência do jovem no campo.	Panno & Machado (2014).

Fonte: dados da pesquisa.

A partir dos relatos e da apresentação dos achados da pesquisa, fica evidente que, na história familiar, a infraestrutura de acesso ao meio rural muda a dinâmica de relações rurais-urbanas, permitindo um trânsito maior entre esses dois contextos sociais. Além disso, mesmo existindo fatores que contribuem para a permanência dos jovens nas propriedades rurais, seja morando e trabalhando, seja somente trabalhando, a hierarquia familiar guarda formas específicas de dominação (Castro, 2007). Por esse motivo, é importante explorar mais sobre os estímulos ou obstáculos à permanência no campo, próxima subseção dos resultados deste trabalho.

4.2 Estímulos/obstáculos à permanência no campo

4.2.1 Familiares

Na visão tanto dos produtores quanto dos filhos, “trabalhar juntos” era um fator que estimulava a família, sobretudo os filhos, a permanecer no campo. Oferecer possibilidades como acompanhamento nas atividades cotidianas no campo, diálogo, participação nas decisões, sociedade na propriedade e educação/conhecimento especializado eram estratégias que

favoreciam o contexto da permanência do jovem no meio rural, apesar das oportunidades atrativas na cidade.

Vejo que ele gosta da fazenda e tento comprar implementos que facilite o trabalho porque, só no braço o jovem desanima (Pai 1 U, 2016).

Eu tenho tudo quanto é maquinário aqui. Depois que veio esses programas do governo, eu consegui comprar tudo, para deixar o trabalho mais leve. Hoje meu filho trabalha menos no pesado (Pai 1 P).

A aquisição de máquinas e de equipamentos permitiu obter maior produtividade do trabalho, ao mesmo tempo que facilitou o trabalho humano. Os financiamentos rurais, como o Pronaf⁵, puderam auxiliar no processo de melhoria das condições de trabalho e cooperação familiar, permitindo, inclusive, jornadas duplas em casos de filhos que trabalham na cidade.

Ao longo do tempo, a melhoria nas condições de trabalho, de rentabilidade do trabalho rural, de melhor infraestrutura de ligação campo-cidade, de gestão compartilhada do estabelecimento rural, dentre outras facilidades, vem possibilitando a opção pelo campo. Em outras palavras, estimula o retorno à propriedade rural posteriormente à experiência de emprego e renda na cidade.

Eu não me adaptei. Eu estudava e ia de ônibus para a faculdade. Depois eu casei e fui morar na cidade. Mas eu não gostei. Minha esposa também não se adaptou. Ela é daqui. Aí depois de uns três meses eu conversei com meu pai e voltei. Já estou aqui há uns 8 anos. Já comprei até umas terras. Aqui onde eu moro é meu (Filho 8 P).

Em contrapartida, o nível de escolaridade mais elevado pode fazer com que os filhos entrem em conflito com a forma de gestão do pai, apesar de ser enxergada a importância dos pais, seja no auxílio à permanência no meio rural, seja na administração da propriedade.

Algumas coisas têm que mudar, mas aos poucos, vamos melhorando na gestão da propriedade (Filho 2.1 U).

Eu tenho muito conflito com meu pai. A gente discute muito. Às vezes eu quero fazer de uma forma e ele de outra. [...]. Muitas vezes dá certo e acho que é por isso que ainda trabalhamos juntos (Filho 5.1 P)

Além dos aspectos familiares, tais como a tradição do trabalho na terra, a estrutura do estabelecimento rural, o sentimento de pertencimento ao meio rural, entre outros, ainda há outros fatores externos que podem criar estímulos ou obstáculos à permanência dos jovens no campo, por exemplo, a participação em associações, cooperativas ou instituições de classe (Boessio & Doula, 2016). Esses fatores externos à propriedade rural serão discutidos na sequência.

4.2.2 Externos

Em Uberlândia, apesar de participarem de uma Cooperativa, os produtores rurais não acreditavam que esse fator, isoladamente, contribuía para estimular a permanência do jovem no meio rural. Apesar de não atuarem significativamente na Cooperativa, na visão dos produtores esta não oferecia uma gama interessante de serviços destinada à agricultura familiar. Em Piracicaba, havia uma iniciativa dos filhos dos produtores em criar coletivamente uma Cooperativa de Agricultores de Produtos Orgânicos, demonstrando, assim, uma realidade diferente.

Nós estamos contando com a cooperativa. Estamos adquirindo as máquinas necessárias para fazer o processamento da nossa produção. A gente quer vender tudo picado, limpo, embalado. Ainda queremos o selo orgânico. Pela cooperativa vai ser mais fácil (Pai 3 P).

⁵Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – permitiu financiamento para aquisição de insumos, máquinas e equipamentos. É um programa do governo federal, criado em 1995, que visa financiar projetos individuais e coletivos que aumentem a renda da agricultura familiar no Brasil (Brasil, 2017).

A cooperativa vai ser uma boa. Eu estou animada. Para você ver, eu vendo aqui jiló que sai por menos de 2 reais o quilo. Uma bandeja que não tem meio quilo eu vou vender a esse preço através da cooperativa. A gente imagina que vai ganhar muito mais. Está todo mundo animado (Mãe 7 P).

Programas públicos de apoio à agricultura familiar são procurados mais por necessidade do que por oportunidade, o que, na visão tanto dos produtores quanto dos filhos, não era um fator que estimulava a permanência do jovem no campo. O interesse maior se fazia por financiamento de maquinário e subsídios para a gestão comercial e administrativa, como é o caso do Programa Família Rural da Emater (citado por um produtor em Uberlândia). Em Piracicaba, o Pronaf facilitou sobremaneira a aquisição de insumos, máquinas e equipamentos.

Para os jovens, o estímulo externo à permanência no campo poderia vir de outras formas, por exemplo:

Mais incentivo do governo e mais segurança militar (Filho 3 U).

Curso profissionalizante sobre maquinários, agricultura e agropecuária. Redução de gastos com agricultura e agropecuária para gerar lucro (Filho 5 U).

A partir dos relatos anteriores, o Quadro 3 apresenta os principais achados da pesquisa para a categoria de análise estímulos/obstáculos à permanência do jovem no campo.

Quadro 3 – Estímulos/obstáculos à permanência no campo como categoria de análise.

Estímulos/obstáculos à permanência no campo		
Subcategorias de análise	Achados da pesquisa	Autores que reforçam os achados da pesquisa
Familiares	O oferecimento de melhores condições de trabalho, por exemplo, aquisição de maquinário, tornando o trabalho mais leve e mais fácil de ser executado, aliado à participação nas decisões, é fator que estimula os filhos a permanecer na propriedade.	Panno & Machado (2014); Boessio & Doula (2016).
	O avanço tecnológico na agricultura familiar, aliado às melhores condições oferecidas pelos pais aos filhos, tais como formação acadêmica e uma gestão compartilhada, evidencia que não há uma ruptura abrupta dos filhos em relação ao trabalho no campo.	Costa & Ralisch (2013); Matte et al. (2015).
	Conflitos na gestão são comuns nos empreendimentos familiares. Se, por um lado, os níveis de escolaridade distintos podem gerar conflitos que criam obstáculos, por outro lado podem direcionar novos rumos ao estabelecimento rural, em especial quando pais e filhos almejam objetivos comuns.	Costa & Ralisch (2013); Castro (2017); Carneiro (2001); Brumer & Anjos (2012).
Externos	Vínculos externos provenientes de programas públicos de incentivo, da forma como se apresentam atualmente, apesar de impactantes, não são fatores essenciais à permanência dos jovens no campo. Há evidências de que vínculos externos, quando partem do interesse local, ou seja, dos próprios jovens, podem gerar sentimento de pertencimento e de coletividade.	Costa & Ralisch (2013); Boessio & Doula (2016); Castro (2009); Castro (2007); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018).

Fonte: dados da pesquisa.

Feitas essas discussões, a última subseção está relacionada diretamente às perspectivas/alternativas/possibilidades futuras no que diz respeito à propriedade rural, além da relação das famílias com o ambiente rural/urbano.

4.3 Perspectivas/alternativas/possibilidades

4.3.1 Processo sucessório

Foi verificado que os produtores rurais, apesar de procurarem estímulos à permanência dos filhos no campo, não visualizavam perspectivas positivas para que o sucessor ficasse no meio rural. Ficou evidente não existir planejamento formalizado para o processo sucessório e parecia haver uma preferência, não dita claramente, pelos filhos homens para a sucessão do estabelecimento rural.

Acredito que deva ser o filho que possui mais gosto pela terra, aí você dá prioridade (Pai 1 U).

Se for preciso, [...], quando eu não puder mais contribuir com a minha colaboração, ou ajuda de pai, no trabalho da propriedade (Pai 3 U).

Eu não pensei sobre isso. Eu queria que eles ficassem e tocassem a propriedade como eu fiz, mas a gente não manda em filho, não é? (Pai 6 P).

Apesar da existência de conflitos na gestão e no controle das propriedades rurais, da ausência do planejamento formal para a sucessão, ficou claro que havia o interesse, principalmente dos pais, ou uma aparente necessidade, em realizar o processo sucessório na propriedade rural. Havia consenso entre pais e filhos que o processo sucessório iria ocorrer, de forma efetiva, com a morte do pai, assim como ocorreu com os avós.

Sou eu, porque sou só eu de homem (Filho 10 U).

Meus irmãos não tomam frente de nada. Eu quem estou aqui todos os dias (Filho 5 P).

Minha irmã ajuda nos finais de semana, mas ela participa muito pouco (Filho 7 P).

O meu pai faleceu e eu tive que assumir tudo. Foi de repente a morte dele. Eu acho que vai acontecer isso com meus filhos. Eles dependem muito de mim na produção. Eu acho que eles só vão assumir mesmo depois que eu morrer (Pai 10 P).

É possível perceber que, mesmo assumindo a propriedade após a morte dos pais, as possibilidades de continuidade do trabalho rural e de manutenção da propriedade ainda estarão intimamente ligadas às relações rurais-urbanas, exploradas na sequência.

4.3.2 Relações do rural com o urbano

De forma geral, havia em Uberlândia o desejo de morar no centro urbano e trabalhar nos estabelecimentos rurais. Contudo, essa dinâmica passou a sofrer alterações por causa da própria configuração híbrida da relação rural-urbano. A melhoria dos transportes e estradas, por exemplo, permitiu que esse trânsito rural-urbano não fosse um problema de mobilidade para as famílias.

Há mais oportunidades no meio rural devido ao conhecimento adquirido na faculdade (Filho 1 U).

Na cidade acredito ter mais oportunidades de crescimento. [...] o motivo que me levaria a sair é um bom emprego com um ótimo salário (Filho 3 U).

Já, em Piracicaba, havia o desejo dos jovens em morar e trabalhar no estabelecimento rural, preferindo com isso a vida no campo.

Eu gosto daqui. Eu vivi aqui. Até melhorou muito. A gente tem até escola rural aqui. Na minha época não tinha (Filho 10 P).

Na cidade está muito difícil. Está tudo muito violento. Aqui é mais tranquilo para eu criar meus filhos (Filho 3 P).

Na visão dos produtores, a agricultura familiar no Brasil dependia muito das relações econômicas e das políticas governamentais, demonstrando, com isso, certo pessimismo em relação ao futuro.

O nosso país está abandonado pelos políticos. Não vejo nenhum político preocupado com as pessoas do Brasil, mas sim só com eles. Acho que o agronegócio é que ainda está mantendo o país em uma posição menos falida (Pai 1 U).

Neste país está complicado trabalhar. A crise pegou todo mundo. Eu não sei o que vai ser amanhã. Não sei se será melhor ficar na propriedade rural ou vender (Pai 9 P).

Importante destacar que, à época da pesquisa, a Prefeitura Municipal de Piracicaba havia implantado um programa de erradicação do trabalho infantil, que gerou fiscalizações nos estabelecimentos rurais e feiras livres da cidade. Essas ações, apesar de benéficas, indicaram outras interpretações, quais sejam:

Agora você não pode mais colocar seu filho para trabalhar. Eu trabalho desde os 5 anos de idade. Foi trabalhando que eu peguei gosto pela terra. Meus filhos também. Eles me ajudam desde pequeno. É assim que a gente toma gosto. Agora você não pode deixar mais. Meus netos não podem trabalhar, só estudar. Só depois dos 16, sei lá quando. Como eles vão tomar gosto pelo trabalho na propriedade? Nunca (Pai 10 P).

Eu vendo na feira. Meu filho sempre me ajudava a montar a barraca. Ele tem 14 anos. Agora eu não posso levar ele mais. Já vieram me falar. Eu ia colocar meu filho para trabalhar como escravo? Eu não faria isso. Nem serviço pesado eu deixo ele fazer. Mas eu não posso mais. Isso é muito ruim para gente (Filho 8 P).

Vale salientar a questão da marginalização dos produtores em relação às políticas públicas de estímulo e melhoria das condições de vida no campo. A perspectiva era de que se fazia necessário o incentivo dos órgãos governamentais por meio de ações, tais como: políticas públicas que estimulassem a produção e comercialização de produtos agrícolas; facilidade de financiamentos de longo prazo; acesso a cursos de capacitação profissional; políticas que facilitassem a vida do jovem no campo, entre outras.

O campo é a melhor atividade para as nossas vidas. Nós, infelizmente, não temos muito apoio dos nossos governantes: estamos na luta, sem sermos reconhecidos, sabendo que sem o produtor rural não tem comida na mesa. Se não melhorar, como nossos filhos e netos vão ficar na zona rural, como produtor rural? (Pai 3 U).

Eu não me vejo fazendo outra coisa. A gente só não tem incentivo. Já teve, há um tempo atrás. Mas agora estamos jogados. O governo não está nem aí pra gente. Não é que eu quero uma bolsa qualquer coisa. Eu quero trabalhar, mas quero trabalhar com uma condição mínima. Já sofremos muito no passado. Não quero que meus filhos passem o que eu passei (Pai 5 P).

O Quadro 4 apresenta os principais achados da pesquisa para a categoria de análise perspectivas/alternativas/possibilidades futuras para a permanência do jovem no campo.

A partir do exposto, é possível perceber que políticas públicas podem favorecer o meio rural. Se, no passado, houve um estímulo à produção agrícola de pequeno porte, os produtores esperam que esses incentivos permaneçam e melhorem no futuro. Apesar dos processos de transformação em curso, é necessário que avanços continuem, para que haja estímulos de continuidade e permanência do jovem no campo e para que a agricultura no Brasil seja fortalecida.

Quadro 4 – Perspectivas/alternativas/possibilidades futuras como categoria de análise.

Perspectivas/alternativas/possibilidades		
Subcategorias de análise	Achados da pesquisa	Autores que reforçam os achados da pesquisa
Processo sucessório	Não há formalização no planejamento do processo sucessório por ambos os lados (pais e filhos), contudo há forte interesse (dos pais) de continuidade e desejo de permanência na propriedade e manutenção dela. Implicitamente, há um contrato verbal de que a sucessão é algo importante; todavia, sem planejamento, as decisões vão acontecendo no cotidiano, e não há a escolha formal de um sucessor.	Abramovay et al. (1998); Matte & Machado (2017); Mello et al. (2003).
	Apesar de existir gestão compartilhada, há também resistência na transferência da gestão e do controle da propriedade, fato esse evidenciado por conflitos e sentimentos de pertencimento.	Hicks et al. (2012); Castro (2017).
	O interesse do filho em permanecer no campo e assumir a propriedade não minimiza possíveis conflitos que podem ser gerados após a morte dos pais, mas permite a visão de uma possível continuidade do trabalho e da propriedade rural.	Matte et al. (2015).
	O conhecimento passado de pai para filho influencia o processo sucessório, e, mesmo com formação acadêmica, ainda há dependência do conhecimento do pai sobre os modos de produção, fato esse que pode estender o processo sucessório até a morte do pai.	Abramovay et al. (1998); Ahlert (2009); Ahlert & Chemin (2010).
Relações do rural com o urbano	Embora se tenha a impressão de que haja mais oportunidades de trabalho nas cidades, há também a escassez de postos de trabalho que remunere, de certa forma, tão bem quanto o trabalho nos estabelecimentos rurais familiares.	Sposito (2006); Castro (2017).
	As condições de vida dos agricultores familiares são sensíveis às políticas econômicas e sociais, pois dependem de incentivos, e às mudanças de mercado.	Abramovay et al. (2001); Sauer (2008); Castro (2007); Niederle et al. (2014).

Fonte: dados da pesquisa.

5. Considerações Finais

O objetivo deste artigo foi compreender os fatores que levavam os jovens a optar por permanecer ou não nos empreendimentos de agricultura familiar localizados em Uberlândia e Piracicaba. Foi realizada uma pesquisa qualitativa, por meio de um questionário semiestruturado, com 10 produtores/produtoras rurais e 12 filhos/filhas em Uberlândia e 10 produtores/produtoras rurais e 13 filhos/filhas em Piracicaba. É interessante destacar que a maioria dos entrevistados, cerca de 90%, era do gênero masculino. Após a análise das entrevistas, foram identificadas seis subcategorias: (a) início dos trabalhos na propriedade rural e atividades desenvolvidas; (b) força de trabalho e remuneração; (c) estímulos/obstáculos familiares à permanência dos jovens no campo; (d) estímulos/obstáculos externos à permanência dos jovens no campo; (e) perspectivas/alternativas/possibilidades do processo sucessório; e (f) perspectivas/alternativas/possibilidades de permanência dos jovens na propriedade rural com influências do meio urbano.

Foi constatado o sentimento de pertencimento ao campo, mesmo que vivenciado de formas diferentes, possivelmente pelo fato de os sujeitos, em sua maioria, terem nascido e vivido durante anos na área rural. Apesar de notório, esse sentimento não fez com que os filhos, pelo menos parte deles, preferissem ficar na propriedade rural, optando por morar e trabalhar na cidade. Foi verificado que a força de trabalho é exercida pelos membros da família (pai, mãe e filhos/filhas) e que não existe a figura do funcionário contratado. A aquisição de máquinas e equipamentos permitiu uma diminuição na quantidade e na força física do trabalho manual, o que pode explicar o número reduzido de pessoas nesses estabelecimentos rurais. A condição de vida melhorou durante os anos, o que permitiu que os produtores pudessem conceder educação formal (ensino superior) aos filhos.

A obtenção do título de conclusão do ensino superior, por exemplo, na visão dos produtores, gerou aos filhos a possibilidade de escolha em permanecer na propriedade rural, sair dela ou voltar a ela. Com isso, a permanência no campo ou no trabalho rural seria uma opção, e não uma necessidade. Além da melhoria na infraestrutura de trabalho (aquisição de máquinas e equipamentos), que propiciou um trabalho mais leve, outros fatores sobremaneira contribuem para a permanência do jovem no campo: remuneração, divisão dos resultados financeiros, participação na gestão e na tomada de decisões. Quando as perspectivas de ganho eram maiores na propriedade rural do que na cidade, a permanência no trabalho rural ou o retorno a ele podiam se tornar favoráveis também. É possível perceber que a formação dos filhos em áreas que contribuem para a melhoria de propriedade rural, por exemplo, ciências agrárias, seja um indício de permanência do jovem no campo.

Foi verificado que a gestão compartilhada entre pais e filhos, mesmo ocorrendo conflitos nos processos de tomada de decisões, eram fatores vistos de forma positiva e permitiam mudanças significativas no processo de trabalho. Em relação ao processo sucessório nos empreendimentos rurais, não havia um planejamento formal para que ocorresse, e, na visão dos produtores, esta mudança, passar a gestão de pai para filho, era algo quase que natural, ficando a cargo do filho ou dos filhos que trabalhavam na propriedade rural. Esse quesito se apresenta como um limite da pesquisa, pois, nessa afirmação, a maioria dos filhos trabalhava na propriedade rural. Foi percebido também que os filhos ignoravam possíveis situações de conflitos após a morte dos pais, talvez porque alguns desses filhos adquiriram terras próximas à propriedade do pai, o que os manteria no trabalho rural.

Há distinções entre os dois municípios pesquisados, Uberlândia e Piracicaba, que valem ser salientadas em relação a diferentes visões sobre os papéis das organizações sociais (associações, cooperativas, sindicatos rurais etc.). Em Uberlândia, havia uma certa descrença no papel dessas organizações, mesmo considerando a filiação de todos os sujeitos à mesma Cooperativa. Assim, é necessária uma maior aproximação na relação produtores/cooperativa, seja por meio de relacionamento, seja na busca por soluções das necessidades e anseios de grupo de agricultores familiares, ponto esse não explorado nesta pesquisa e sugestão para pesquisas futuras. Em Piracicaba, os agricultores familiares, no momento da pesquisa, estavam criando uma cooperativa com o objetivo de realizar o beneficiamento de produtos orgânicos. Por ser uma iniciativa de jovens agricultores, o significado e a crença nessa cooperativa sejam diferentes da situação vivenciada em Uberlândia, servindo como fator favorável à permanência desses jovens no campo.

Uma segunda distinção entre Uberlândia e Piracicaba se faz no acesso ao financiamento rural e aos programas de assistência técnica à agricultura familiar. Enquanto, em Piracicaba, os produtores utilizavam os programas de financiamento e assistência técnica proporcionados por órgãos governamentais, em Uberlândia havia pouca adesão a esses programas. Esse fato não foi explorado nesta pesquisa e poderia abrir reflexões de pesquisa futura, por exemplo, avaliar a relação entre a obtenção de financiamento rural e a permanência dos jovens no campo no intuito de verificar se os financiamentos eram obtidos pelos jovens; se as propriedades rurais que obtiveram financiamento, em comparação com as que não obtiveram, possuíam ou não maior permanência dos filhos no trabalho rural (número de filhos no trabalho rural/número total de filhos), entre outras possibilidades de investigação.

Partindo dos pressupostos interrogativos deixados pelo estudo, limitações devem ser abordadas, quais sejam, o estudo se fundamentou somente em dois municípios brasileiros

de tantas áreas geográficas existentes no cenário nacional, bem como abordou somente um grupo de entrevistados em cada um dos municípios. Algumas sugestões de estudos futuros podem ser apontadas como já evidenciado, por exemplo, a compreensão de questões referentes ao desenvolvimento dessas propriedades rurais, ou seja, o entendimento sobre a participação das propriedades rurais em políticas públicas e em organizações externas (cooperativas, associações, entidades de classes etc.), além do aprofundamento dos resultados apontados na pesquisa em outros municípios brasileiros com o propósito de confirmar ou não os achados da pesquisa.

Referências

- Abramovay, R. (1992). *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, ANPOCS, UNICAMP, CHAYANOV.
- Abramovay, R., Silvestro, M., Cortina, N., Baldissera, T., Ferrari, D., & Testa, V. M. (1998). *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: Unesco.
- Abramovay, R., Silvestro, M., Mello, M., Dorigon, C., & Baldissera, I. (2001). *Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Florianópolis: Epagri.
- Ahlert, L. (2009). A sucessão das atividades na agricultura familiar. In *47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*. Porto Alegre: SOBER.
- Ahlert, L., & Chemin, B. F. (2010). A sucessão patrimonial na agricultura familiar. *Revista Estudo & Debate*, 17(1), 49-74.
- Anjos, F. S., & Caldas, N. V. (2005). O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. *Ensaio FEE*, 26(1), 661-694.
- Barcellos, S. B. (2015). A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil e os elementos constitutivos desse processo social. *Mundo Agrario*, 16(32), 1-32.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Bauer, M. W. (2002). Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Vozes.
- Boessio, A. T., & Doula, S. M. (2016). Jóvenes rurales e influencias institucionales para la permanencia en el campo: un estudio de caso en una cooperativa agropecuária del Triângulo Mineiro. *Interações*, 17(3), 370-383.
- Brasil. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – SEAD. (2017). *SAF – crédito rural*. Recuperado em 15 de julho de 2019, de <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa>
- Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. (2018). Recuperado em 15 de julho de 2019, de <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/agricultura-familiar-do-brasil-%C3%A9-8%C2%AA-maior-produtora-de-alimentos-do-mundo>
- Brumer, A., & Anjos, G. (2012). Gênero e reprodução social na agricultura familiar. *Revista Nera*, (12), 6-17.
- Carneiro, M. J. (2001). Herança e gênero entre agricultores familiares. *Revista Estudos Feministas*, 9(1), 22-55.
- Castro, E. G. (2009). Juventude rural no Brasil: processos de exclusão ea construção de um ator político. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 7(1), 179-208.
- Castro, E. G. D. (2007). Juventude rural: questões em debate. In M. J. Carneiro & E. G. Castro (Eds.), *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X.
- Castro, E. G. D. (2017). *Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Costa, F. L. M., & Ralisch, R. (2013). A juventude rural do assentamento Florestan Fernandes no município de Florestópolis (PR). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 51(3), 415-432.
- Ferrari, D. L., Silvestro, M. L., Mello, M. A., Testa, V. M., & Abramovay, R. (2004). Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir? *Estudos Sociedade e Agricultura*, 12(1), 236-271.
- Froehlich, J. M., Rauber, C. D. C., Carpes, R. H., & Toebe, M. (2011). Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS. *Ciência Rural*, 41(9), 1674-1680.

- Grubbström, A., & Sooväli-Sepping, H. (2012). Estonian family farms in transition: a study of intangible assets and gender issues in generational succession. *Journal of Historical Geography*, 38(3), 329-339.
- Guanziroli, C. E. (2001). *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Handcock, M. S., & Gile, K. J. (2011). Comment: On the concept of snowball sampling. *Sociological Methodology*, 41(1), 367-371.
- Hicks, J., Sappey, R., Basu, P., Keogh, D., & Gupta, R. (2012). Succession planning in Australian farming. *Australasian Accounting, Business and Finance Journal*, 6(4), 94-110.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2019a). *Censo agro 2017: resultados preliminares*. Recuperado em 15 de julho de 2019, de https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/estabelecimentos.html
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2019b). *Brasil em síntese: panorama*. Recuperado em 15 de julho de 2019, de <https://cidades.ibge.gov.br>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2018). *Censo agropecuário 2017: estatísticas*. Recuperado em 15 de julho de 2019, de <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=resultados>
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. (2018). *Colonização e reforma agrária: tabela com módulos fiscais dos municípios*. Recuperado em 15 de julho de 2019, de <http://www.incra.gov.br/tabela-modulo-fiscal>
- Jurado, C., & Tobasura, I. (2012). Dilema de la juventud en territorios rurales de Colombia: campo o ciudad? *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 10(1), 63-77.
- Marafon, G. J. (2006). Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, 1(1), 17-60.
- Matte, A., & Machado, J. A. D. (2017). Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil. *Revista de Estudos Sociais*, 18(37), 130-151.
- Matte, A., Spanevello, R. M., & Andreatta, T. (2015). Perspectivas de sucessão em propriedades de pecuária familiar no município de Dom Pedrito - RS. *Holos*, 1, 144-159.
- Matte, A., Spanevello, R. M., Lago, A., & Andreatta, T. (2019). Agricultura e Pecuária Familiar:(des) continuidade na reprodução social e na gestão dos negócios. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 15(1), 19-33.
- Mello, M. A., Abramovay, R., Silvestro, M. L., Dorigon, C., Ferrari, D. L., & Testa, V. M. (2003). Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. *Agric São Paulo*, 50, 11-24.
- Moreira, S. L., & Spanevello, R. M. (2019). Modelos sucessórios em propriedades rurais: um estudo no município de Cruz Alta/RS. *Revista Grifos*, 28(46), 27-47.
- Niederle, P. A., Fialho, M. A. V., & Conterato, M. A. (2014). A pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil-aprendizagens, esquecimentos e novidades. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 52(Supl.1), 9-24.
- Panno, F., & Machado, J. A. D. (2014). Influências na decisão do jovem trabalhador rural: partir ou ficar no campo. *Desenvolvimento em Questão*, 12(27), 264-297. <http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2014.27.264-297>
- Picolotto, E. L. (2014). Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 52(Supl.1), 63-84. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000600004>
- Sauer, S. (2008). *Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro* (Texto para Discussão, No. 30). Brasília: Embrapa.
- Savian, M. (2014). Sucessão geracional: garantindo-se renda continuaremos a ter agricultura familiar? *Revista Espaço Acadêmico*, 14(159), 97-106.
- Simioni, F. J. (2013). Determinantes da renda familiar no espaço rural: uma revisão. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, 15(3), 397-410.
- Spanevello, R. (2014). As estratégias para manter a sucessão em estabelecimentos familiares. In A. Renk & C. Dorigon (Eds.), *Juventude rural, cultura e mudança social* (pp. 163-188). Chapecó: Argos.
- Spanevello, R. M., Azevedo, L. F., Vargas, L. P., & Matte, A. (2011). A migração juvenil e implicações sucessórias na agricultura familiar. *Revista de Ciências Humanas*, 45(2), 291-304.
- Sposito, M. E. B. (2006). A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural* (pp. 111-130). São Paulo: Expressão Popular.

Wanderley, M. N. B. (2003). Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*, (21), 42-61.

Wanderley, M. N. B. (2000). A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 2, 2.

Wilkinson, J. (2008). *O Estado, a agricultura e a pequena produção*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

Submetido em: 15/4/2019

Aceito: 13/7/2020

Sistema de Classificação do Journal of Economic Literature (JEL) Category: D. Microeconomics JEL: D1 Household Behavior and Family Economics JEL: D13 Household Production and Intrahousehold Allocation